



Pregão Presencial nº. 16/2019
Processo Licitatório nº. 14/2019
Modalidade: Pregão para Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS RAMAL IP.

Prezado Senhor Assessor,

Solicitaram-nos as Secretarias Municipais deste Município a abertura de procedimento licitatório na modalidade pregão para registro de preços para a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS RAMAL IP**. A fase interna vem com as informações orçamentárias e financeiras que viabilizam o pretendido. Para dar início à fase externa do certame, submetemos a Vossa Senhoria o instrumento editalício e seus anexos para análise e parecer, nos termos do art. 38 do parágrafo único da Lei 8.666/93.

Cordialmente,

Pouso Alegre/MG, 03 de abril de 2019.

Derek William Moreira Rosa
Pregoeiro



PREÂMBULO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 14/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

ÓRGÃOS REQUISITANTES: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, CHEFIA DE GABINETE, SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO, SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS, SUPERINTENDENCIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

DATA DE ABERTURA: 29/04/2019

HORÁRIO: 14:00h

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste pregão **O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS RAMAL IP**, de acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste edital e anexos.

1.2. O presente certame será regido pelas disposições constantes da Lei 10.520/2002, do Decreto Municipal 2.545/2002, do Decreto Municipal 4.905/2018 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93.

1.3 O critério de julgamento adotado será o de **menor preço unitário**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



2. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS OBJETOS

2.1. A(s) entrega(s) deverá(ão) ser realizada(s) no(s) local(is), prazos e horários descritos no **Termo de Referência da Secretaria Requisitante** constante do Anexo II do presente edital.

2.2. A(s) empresa(s) vencedora(s) somente fará(ão) a entrega mediante solicitação e ordem de fornecimento emitida pela secretaria requisitante.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO	CATEGORIA ECONOMICA	FICHA A	RECURSO	ORIGEM
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1011	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	109	RECURSO PRÓPRIO	GABINETE DO PREFEITO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	251	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	253	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	171	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	174	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	595	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE	406	RECURSO	SECRETARIA



	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES		FEDERAL - QESE	MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	240	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	155	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS
3449052200000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	415	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	561	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	561	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3440520300000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	618	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1022	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	997	RECURSO PRÓPRIO	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	199	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE LAZER E TURISMO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	962	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	649	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE	670	RECURSO	SECRETARIA



	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES		FEDERAL	MUNICIPAL DE SAÚDE
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	650	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	656	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo IV).

Pouso Alegre/MG, 03 de abril de 2019.

Derek William Moreira Rosa
Pregoeiro



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 14/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

ÓRGÃOS REQUISITANTES: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, CHEFIA DE GABINETE, SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO, SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS, SUPERINTENDENCIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

DATA DE ABERTURA: 29/04/2019.

HORÁRIO: 14:00h

O MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG, através de seu(ua) Pregoeiro(a) nomeado(a), nos termos da **Portaria nº 3.656/18**, usando das atribuições que lhe são conferidas, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com as disposições constantes do edital e dos respectivos anexos. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 2.545/02, com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, com Decreto Municipal 4.905/2018, Decreto Federal nº 7.892/2013 e, subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

1. INFORMAÇÕES



1.1. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Pouso Alegre, telefone nº (35) 3449-4023 ou pelo e-mail: licitapamg@gmail.com.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste **PREGÃO PRESENCIAL O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS RAMAL IP**, de acordo com Termo de Referência e demais disposições constantes do edital e dos respectivos anexos.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente Pregão, ou ainda, para impugnar este edital, desde que o faça com antecedência de até dois dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no § 1º do art. 12 do Decreto Municipal 2.545/02.

3.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designado nova data para a realização do certame.

3.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar do certame até o trânsito em julgado da decisão.

3.4. As Impugnações deverão ser feitas mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico licitapamg@gmail.com, com assinatura eletrônica, ou protocolizada na sala da Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, dirigida ao(a) Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, auxiliado pelo setor técnico competente.

3.5. A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de



identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

3.5.1. Os documentos citados acima poderão ser apresentados em via original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou poderão ser autenticados pelo(a) Pregoeiro(a) mediante apresentação do documento original para conferência.

3.6. O Município não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Pregoeiro(a), e que, por isso, sejam intempestivas.

3.7. A decisão do(a) Pregoeiro(a) será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

4.1. Prazo de Entrega: O objeto deve ser entregue até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento.

4.2. Das condições de entrega e fornecimento:

4.2.1. A empresa vencedora somente entregará os produtos mediante recebimento da ordem de fornecimento, emitidos pelas Secretarias requisitantes da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre;

4.2.2. As despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da proponente;

4.2.3. Caso seja detectada alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas.

4.2.4. O Município não aceitará ou receberá qualquer produto/serviço com atraso, defeitos ou



imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à CONTRATADA efetuar as substituições necessárias no prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

4.2.5. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da Contratada.

4.2.6. O Município recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste Termo.

4.2.7. O licitante deverá especificar em sua proposta comercial a marca do produto ofertado.

4.2.8. Os materiais deverão ser novos, provenientes de fábrica, lacrados e selados pelo fabricante ou fornecedor; e entregues devidamente embalados, contendo externamente a data de validade, quantidades e outras informações, de acordo com a legislação pertinente, de forma a garantir a completa segurança durante o transporte e a identificação de seu conteúdo.

4.2.9. O gestor/fiscal de contrato receberá o objeto de forma provisória e definitivamente, mediante atestação.

4.3. Do Local de Entrega: Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro, Pouso Alegre (MG), CEP 37550-050.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Local de utilização dos aparelhos novos: O levantamento das quantidades e locais foi realizado através de levantamento de informações no PABX e relatórios da operadora de telefonia.

A prefeitura possui 3 PABX que dispostos da seguinte maneira:



- Administrativo (Sede da Prefeitura, Rua Carijós, 45)
TOTAL DE RAMAIS: 264 unidades
RAMAIS IP: 59 unidades
RAMAIS ANALÓGICOS: 75 unidades
RAMAIS DIGITAIS: 6 unidades
RAMAIS DISPONÍVEIS: 124 unidades
- Saúde (Secretaria de Saúde, Rua Comendador José Garcia, 273)
TOTAL DE RAMAIS: 50 unidades
RAMAIS IP: 4 unidades
RAMAIS ANALÓGICOS: 25 unidades
RAMAIS DISPONÍVEIS: 21 unidades
- IPTU (Praça João Pinheiro, 73)
TOTAL DE RAMAIS: 41 unidades
RAMAIS IP: 9 unidades
RAMAIS ANALÓGICOS: 26 unidades
RAMAIS DISPONÍVEIS: 6 unidades

No total temos o seguinte somatório:

TOTAL DE RAMAIS: 355 unidades
RAMAIS IP: 72 unidades
RAMAIS ANALÓGICOS: 126 unidades
RAMAIS DIGITAIS: 6 unidades
RAMAIS DISPONÍVEIS: 151 unidades

5.2 No total são 101 linhas analógicas junto a operadora de telefonia local que serão substituídos pelos telefones IP. E são 131 ramais analógicos e digitais que serão substituídos pelos ramais IP. Somando temos um total de 232 linhas a serem adequadas.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas correrão à conta da dotação orçamentária da respectiva dotação orçamentária:

DOTAÇÃO	CATEGORIA ECONOMICA	FICH A	RECURSO	ORIGEM
---------	------------------------	-----------	---------	--------



3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1011	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	109	RECURSO PRÓPRIO	GABINETE DO PREFEITO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	251	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	253	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	171	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	174	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	595	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	406	RECURSO FEDERAL - QESE	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	240	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	155	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS
3449052200000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	415	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	561	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



344052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	618	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
344905299000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1022	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
344905203000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	997	RECURSO PRÓPRIO	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
344905203000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	199	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE LAZER E TURISMO
344905203000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	962	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES
344905299000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	649	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
344905299000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	670	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
344905299000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	650	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
344905299000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	656	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. No dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital, será realizado em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento dos envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação”.



7.2. Não será permitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

7.3. Será considerada retardatária a empresa cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após a abertura do primeiro envelope “Proposta Comercial”.

7.4. Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Senhor(a) Pregoeiro(a), devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do **PREGÃO** e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

7.5. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

7.5.1. Instrumento público ou particular, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recurso, conforme modelo constante no Anexo I, devendo estar acompanhado contrato social ou estatuto da empresa, e no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documento de eleição de seus administradores.

7.5.2. Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser, ainda, juntada cópia autenticada do respectivo instrumento de procuração, no qual deverá constar **expressamente** poderes de substabelecimento.

7.5.3. Cópia do contrato ou estatuto social da licitante, quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigente ou assemblado, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima;

7.6. A apresentação de cópia do contrato ou estatuto social pela licitante dispensa a mesma de anexá-los junto aos documentos de habilitação jurídica.

7.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.



7.8. A documentação mencionada neste capítulo deverá ser apresentada juntamente com a Cédula de Identidade do outorgado ou documento equivalente.

7.9. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas que não esteja devidamente representada terá sua proposta acolhida, porém, não poderá participar das rodadas de lances verbais.

7.10. Caso a licitante apresente contrato ou estatuto social no ato do credenciamento, fica a mesma dispensada de anexá-los junto ao envelope de habilitação jurídica.

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

8.1. Poderão participar deste **PREGÃO** as empresas:

8.1.1. Que tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

8.1.2. Que atendam a todas as exigências deste edital;

8.2. Será vedada a participação de empresas:

8.2.1. Que tenham sido declaradas inidôneas de licitar com a Administração Pública, de acordo com o previsto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e que não tenha a sua idoneidade restabelecida;

8.2.2. Suspensa ou impedida de licitar/contratar com o Município de Pouso Alegre/MG;

8.2.3. Cujo dirigente ou sócio majoritário, participe como acionista, sócio majoritário, procurador ou representante legal de outra do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação.



8.2.4. Que estejam em processo de falência;

8.2.5. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal de Pouso Alegre, bem como seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

8.2.3. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, devendo a mesma apresentar: a) certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos das Leis 8.666/93 ou b) Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

9. QUANTO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

9.1. Certidão simplificada, comprovando o enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, exclusivamente **às empresas que desejarem fazer uso dos benefícios** concedidos pela Lei Complementar federal n. 123/2006.

9.1.2. O(a) pregoeiro(a) (e sua equipe de apoio) poderá conferir, quando da habilitação, a condição de microempresa e empresa de pequeno porte, de modo a se assegurar do enquadramento nos limites estabelecidos pelos incisos I ou II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar n. 123/06 e a não incidência nas situações previstas nos incisos do § 4º desse mesmo artigo.

10. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO

10.1. Na hora e local indicado serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este **PREGÃO**:



- 10.1.1. Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;
- 10.1.2. Recebimento dos envelopes “Proposta Comercial”;
- 10.1.3. Abertura dos envelopes “Proposta Comercial”;
- 10.1.4. Desclassificação das propostas que não atenderem às exigências essenciais deste edital e classificação provisória das demais em ordem crescente de preços;
- 10.1.5. Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais aos representantes das empresas cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento);
- 10.1.6. Em não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 10.1.7. Condução de rodadas de lances verbais, sempre a partir do representante da empresa com proposta de maior preço, em ordem decrescente de valor, respeitadas as sucessivas ordens de classificação provisória, até o momento em que não haja novo lance de preços menores aos já ofertados;
- 10.1.8. Na fase de lances verbais, não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes;
- 10.1.9. Classificação definitiva das propostas em ordem crescente de preço;
- 10.1.10. Abertura do envelope “Documentação” apenas da empresa cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.



10.1.11. Habilitação ou inabilitação da primeira colocada, prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope “Documentação” da segunda classificada.

11. DA AVALIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 Da aceitabilidade da proposta:

11.1.1 O(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta melhor classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

11.1.2 O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.1.3 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.1.4 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

11.1.5 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão. Nesse caso, se o(a) Pregoeiro(a) entender que há indícios de inexequibilidade do preço, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, por meio de planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita a exame pela Administração, e contratações em andamento com preços semelhantes, conforme estabelece o inciso XVII do art. 12 do Decreto Estadual nº 44.786/2008, além de outros documentos julgados pertinentes. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço a proposta será desclassificada.



11.1.6 Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

11.1.7. Proclamação da empresa vencedora pelo critério de menor preço por lote.

11.1.8. Abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razões de recorrer.

11.1.9. Adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

12. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO

12.1. No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, em envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento.

Envelope nº. 01 “PROPOSTA ELETRÔNICA IMPRESSA”

**Ao Pregoeiro da Prefeitura do Município de Pouso Alegre
Pregão n.º 16/2019**

**Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS
RAMAL IP.**

Licitante:

Envelope nº. 02 “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

**Ao Pregoeiro da Prefeitura do Município de Pouso Alegre
Pregão n.º 16/2019**

**Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS
RAMAL IP.**



Licitante:

12.1.1. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de motivo superveniente e aceito pelo Senhor(a) Pregoeiro(a).

12.1.2. Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

12.2. O Envelope nº 01 – Proposta Comercial conterà a proposta comercial impressa, digitada eletronicamente através do site <http://pousoalegre.atende.net> e deverá ser preenchida de acordo com as instruções do ANEXO VI, **sob pena de desclassificação**.

12.2.1. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, operadores, motoristas, tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos adicionais.

12.2.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

12.2.4. O prazo de validade da proposta **não poderá ser inferior a (60) sessenta dias corridos**, contados da data de abertura dos envelopes relativos à habilitação.

8.2.5. A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

12.2.6. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço unitário**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.



12.3. Serão **DESCCLASSIFICADAS** as propostas:

12.3.1. Cujos preços estejam superiores ao valor orçado pela Administração;

12.3.2. Que não atenderem às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

12.3.3. Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

12.3.4. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital;

12.3.5. Consideradas manifestamente inexequíveis.

12.3.5.1. Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas que não venham a demonstrar sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes são compatíveis com a execução do objeto do contrato, observado o disposto no art. 48, §1º, da Lei 8.666/93.

12.3.5.2. Se o (a) Pregoeiro (a) entender que há indícios de inexequibilidade do preço, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, por meio de planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita a exame pela Administração, e contratações em andamento com preços semelhantes, conforme estabelece o inciso XVII do art. 12 do Decreto Estadual nº 44.786/2008, além de outros documentos julgados pertinentes. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço a proposta será desclassificada.

12.3.5.3. Serão desclassificados os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas escritas que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores aos valores máximos aceitáveis, quando comparados aos preços de mercado.

12.4. **Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação das Empresas** deverão conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômica



– financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

12.4.1. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consiste em:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Declaração assinada pelo responsável da empresa de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho à menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do **Anexo IV**, em cumprimento do disposto no artigo 27, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

12.4.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:

12.4.2.1. Atestado de Capacidade Técnica-Operacional, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em papel timbrado, comprovando a entrega dos produtos/objetos desta licitação ou similares de complexidade equivalente ou superior, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.



12.4.2.2. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá (ão) conter, pelo menos, as seguintes informações básicas:

- a) Nome do contratado e do contratante;
- b) Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- c) Serviços executados e quantidades.

12.5. A documentação relativa à **qualificação econômica – financeira das empresas** é a seguinte:

12.5.1. **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a sessenta dias da abertura da sessão pública deste **PREGÃO**, se outro prazo não constar do documento.

12.5.2. Empresas em recuperação judicial deverão apresentar um dos seguintes documentos:

12.5.2.1. Certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/2002; ou

12.5.2.2. Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

12.5.4. A documentação relativa à **regularidade fiscal das empresas** é a seguinte:

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ);



- b) Prova de inscrição no **Cadastro Estadual ou Municipal** de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda do Município** da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários, dentro do prazo de validade.
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.
- f) Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Fornecimento – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.
- g) **Prova da regularidade dos Débitos Trabalhistas**, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011, dentro do prazo de validade.
- h) **As microempresas e empresas de pequeno porte**, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- I) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis, a contar do encerramento da sessão que o declarou vencedor**, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;
- II) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital,



procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

12.5.7. As **certidões que não possuem especificação a respeito do prazo** de validade serão aceitas com **até 60 (sessenta)** dias da data de sua expedição.

13. DA GARANTIA

13.1. O prazo de garantia do objeto deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação aparentes ou ocultos, a contar da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria requisitante.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

14.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor da administração, ou em publicação de órgão da imprensa oficial, na forma da lei.

14.2. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

14.3. Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pelo(a) pregoeiro(a).

14.4. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, toda a documentação deverá estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

15. DOS PROCEDIMENTOS



15.1. Os procedimentos deste **PREGÃO** serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) nomeado(a), contando com equipe de apoio, conforme determinado na Portaria 3.656/2018, segundo a legislação vigente e as fases apontadas neste edital.

15.2. Instalada a sessão pública do pregão, os interessados deverão comprovar a representação para a prática dos atos do certame, nos termos deste edital.

15.3. Após o recebimento, será verificada a regularidade formal dos envelopes, proceder-se-á a abertura dos envelopes das propostas comerciais, que serão rubricadas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio. Em seguida, será dada vista das propostas a todos os representantes dos licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se à Senhor Pregoeiro, que procederá à classificação provisória.

15.4. Após a abertura do primeiro envelope, não será admitida a participação de novas empresas proponentes.

15.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.

15.6. Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública, o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

15.7. O (a) Senhor(a) Pregoeiro(a) abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em **até 10% (dez por cento)**.



15.8. Em não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

15.9. Na fase de lances verbais não serão aceitos lances de igual valor ou maior ao do último e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.

15.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

15.11. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

15.12. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

15.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

15.14. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do (a) Pregoeiro (a), sob pena de preclusão;

15.15. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;



15.16. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

15.17. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

15.18. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomarem-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

15.19. Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

15.20. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, salvo se for devidamente comprovada e aceita pela comissão.

15.21. O (a) Pregoeiro (a) poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

15.22. Se houver a negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a **aceitabilidade do menor preço**.

15.23. Considerada aceitável a oferta de menor preço, estará concluída a fase de classificação das propostas.

15.24. Sendo inabilitada a Proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar e tenha seu catálogo aprovado, prosseguirá o(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio,



com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.

15.25. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a(s) licitante(s) classificada(s) e habilitada(s) será (ao) declarada(s) vencedora(s) do certame.

15.26. Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o **prazo de três dias úteis para a apresentação das razões do recurso**, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.

15.27. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.

15.28. A ausência de manifestação **imediata** e **motivada** da licitante implicará a **decadência** do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

15.29. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

15.30. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e, preferencialmente, nas mesmas condições ofertadas pela adjudicatária.

15.31. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas, mas não declaradas vencedoras, permanecerão sob custódia do(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) até a efetiva formalização da contratação.



16. DOS RECURSOS

16.1. O licitante interessado em recorrer deverá manifestar, imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, sob pena de decadência, o que autoriza a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

16.2. Os licitantes que tiverem manifestado, na forma do item 16.1. a intenção de recorrer contra decisões do(a) Pregoeiro(a), após a declaração do vencedor, deverão apresentar suas razões no prazo único de 3 (três) dias úteis, a partir do dia seguinte ao término do prazo para manifestação.

16.3. O recurso contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, exceto quando manifestamente protelatório ou quando o(a) Pregoeiro(a) puder decidir de plano.

16.4. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

16.5. No prazo das razões e contrarrazões, fica assegurada vista dos autos na sala da Superintendência de Gestão de Recursos Materiais.

16.6. As razões e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

16.6.1. Ser dirigidas a Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a), no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme estabelecido no item 16.2;

16.6.2. Ser encaminhadas para o endereço eletrônico licitapamg@gmail.com, com assinatura digital, ou ser protocolizadas na sala da Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricadas em todas as folhas e assinadas pelo representante



legal ou credenciado do licitante, acompanhadas de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

16.7. O Pregoeiro não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

16.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.9. O recurso será apreciado pelo(a) Pregoeiro(a), que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento.

16.10. A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no sítio da internet deste Município.

16.13 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

16.14 Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. As obrigações resultantes deste PREGÃO constam da Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta do **Anexo IV**.

18.2. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.3. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contado de sua assinatura.

18.4. O prazo para a **assinatura da Ata de Registro de Preços** será de **cinco dias** úteis, contados da convocação da adjudicatária.

18.5. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante.

18.6. O prazo para a assinatura da Ata, a exclusivo critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que haja tempestiva e formal solicitação por parte da adjudicatária.

18.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e



comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

19. DOS PREÇOS E REAJUSTE

19.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela licitante vencedora.

19.2. O(s) preço(s) ofertado(s) deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

19.3. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano.

19.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata e a retribuição do Município de Pouso Alegre/MG para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

19.5. A revisão de preços do contrato se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo Município de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

19.6. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga pelo Município não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.



19.7. Defasagens financeiras ao longo do contrato são admissíveis, fazendo parte da álea econômica ordinária, devendo ser suportadas pela contratada até a data-base do reajuste ou repactuação.

19.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

19.9. Na hipótese da empresa detentora da Ata solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

19.10. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

19.11. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **empresa detentora da Ata**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

19.12. Fica facultado ao Município de Pouso Alegre realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **empresa detentora da Ata**.

19.13. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica do Município de Pouso Alegre/MG, porém contemplará os produtos fornecidos a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante, sendo lavrado termo aditivo.



19.14. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a empresa detentora da Ata não poderá suspender a entrega dos objetos** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

19.15. O Município de Pouso Alegre/MG deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

19.16. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do produto por ventura fornecido entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela **DETENTORA**.

19.17. O diferencial de preço entre a proposta inicial da **DETENTORA** e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de Pouso Alegre/MG na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela **DETENTORA**, serão sempre mantidos.

19.18. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo Departamento de Suprimentos no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a **DETENTORA** obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

19.19. Durante a vigência da ata de registro de preços, o valor global será mantido pela **detentora**.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. O recebimento do(s) objeto(s) e serviço(s) será feito pelo Município de Pouso Alegre/MG, nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei de Licitações, da seguinte forma:



20.1.1 **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

20.1.2 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

20.2. O Município de Pouso Alegre/MG reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste edital, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas.

20.3. Com o recebimento definitivo as responsabilidades reduzir-se-ão àquelas previstas no Código Civil brasileiro.

20.4. Serão os fiscais do(s) contrato(s) firmado(s), de acordo com o art. 67 da Lei 8.666/93, seguindo os parágrafos 1º e 2º:

Sra. Cristina Couto Fonseca Nogueira, matrícula 20.057 (Secretaria de Desenvolvimento Econômico)

Sr. Carlos Osmar de Souza, matrícula 20.287 (Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos);

Sr. Enor Barroso Hardy, matrícula 19579 (Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte);

Sra. Juliane Aparecida Faria Tosta, matrícula: 19638 (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento);



Sra. Ivete Dila Sobreiro Daólio, Matrícula: 674 (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento);

Sr. Altidoro José Rios Vieira, Matrícula: 19596 (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento);

Sra. Ayla Karina Teixeira, matrícula: 19616 (Superintendência de Lazer e Turismo);

Sr. Leandro Gonçalves, matrícula: 19651 (Secretaria Municipal de Saúde);

Sr. Eliton Pires da Silva, matrícula: 19800 (Superintendência de Esportes);

Sr. Carlos Eduardo Paula Freitas, matrícula: 15443 (Secretaria Municipal de Educação);

Sr. Leandro Gomes Silveira, matrícula: 19790 (Secretaria de Administração e Finanças);

Sr. Artur Ferreira Galery, matrícula: 20505 (Secretaria de Políticas Sociais);

Sra. Janaina Luana Mesquita Almeida, matrícula: 19613 (Gabinete do Prefeito);

Sra. Mariles Maria Tavares, matrícula: 19623 (Gabinete do Prefeito);

Sr. José Ronildo Lopes Soares, matricula 19601 (Superintendência de Cultura);

Sr. Leandro Gomes Silveira, matrícula: 19790 (Superintendência de Gestão de Recursos Materiais e Secretaria de Planejamento).

Sr. Leandro Tosta Pereira, matrícula: 17752 (Superintendência de Gestão de Pessoas)

20.5. A fiscalização exercida pelo Município não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto licitado.

20.6. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Município reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por Gestores e substitutos designados.



20.7 Ao Gestor compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução das entregas dos produtos e ou /respectivos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos bens, objeto da contratação;

21.2. Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada no Termo de Referência;

21.3. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens;

21.4. Comunicar imediatamente ao Fornecedor Registrando quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. Entregar o(s) objeto(s) deste PREGÃO, conforme solicitação da Secretaria requisitante, obedecendo aos critérios detalhados no Anexo II- Termo de Referência, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.

22.2. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar os objetos conforme exigido no edital e em seus anexos;

22.3. Obriga-se a proponente vencedora a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



22.4. Paralisar, por determinação do Município de Pouso Alegre, a entrega dos objetos que não esteja de acordo com o termo de Referência;

22.5. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto deste termo de referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

22.6. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos produtos contratados;

22.7. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;

22.8. Efetuar a entrega do material rigorosamente dentro das características especificadas no termo de referência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da ordem de fornecimento;

22.9. Reparar, corrigir, remover, no todo ou em parte, a(s) unidade (s) em que se verificarem vícios ou danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

22.10. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

22.11. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

22.12. É dever do CONTRATANTE se responsabilizar pelos danos causados diretamente à



Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, conforme lei 8.666/93, art.70.

22.13. Atender, durante o período de validade/garantia dos produtos fornecidos, aos chamados para substituição, no caso de ser constatado algum defeito não ocasionado pelo armazenamento ou uso indevido pelo contratante;

22.14. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos bens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão das Notas Fiscais, obedecendo à tramitação interna dos empenhos e desde que atendidas às condições previstas neste edital e no Termo de Referência.

23.2 O Município, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

23.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Município encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

23.4. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.



24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes.

24.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de declaração de inidoneidade e/ou suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

24.3. Será aplicada multa no valor de até 30% (trinta por cento) do valor estimado do fornecimento, tanto à licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar e que venha a ser inabilitada por ter apresentado dolosamente documentos que seguramente não venham a atender às exigências editalícias, como às demais licitantes que deem causa a tumultos durante a sessão pública de pregão ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.

24.4. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da(s) proponente(s) vencedora(s), das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

I - Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha(m) a proponente(s) vencedora(s) concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Pouso Alegre;

II – Multa de até 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega dos materiais, calculada sobre o valor da parcela contratada, até o limite de 10 dias, atrasos superiores a este, aplicar-se-á o disposto no inciso III;



III – Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

IV – Na hipótese de rescisão do contrato, além da possibilidade de aplicação da multa correspondente, poderá haver a suspensão ao direito de licitar com o Município de Pouso Alegre, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de até dois anos;

V – Declaração de inidoneidade, quando a proponente vencedora deixar de cumprir com as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

Parágrafo Primeiro - As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a(s) proponente(s) vencedora(s) de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município;

24.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste.

24.5.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o



inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

24.6. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

25. DA RESCISÃO

25.1. A rescisão contratual poderá ser:

25.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;

25.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

25.1.3.. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, podendo esta, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

25.1.4. Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal nº. 8666/93.

25.1.5. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

25.1.6. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei n.8.666/93.



25.1.7. A contratada reconhece os direitos do Município nos casos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

26.2. O presente certame licitatório poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses revistas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.

26.3. A adjudicatária deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação.

26.4. Nos termos do § 2º do art. 64 da Lei Federal n. 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado não aceitar ou não assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Legislação citada.

26.6. Fica designado como local para assinatura da Ata de Registro de Preços a sede da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre – MG, situada na Rua dos Carijós, nº 45, Centro, na cidade de Pouso Alegre – MG, CEP 37550-050.

26.7. Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, são facultadas à (o) Senhor (a) Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.



26.8. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo (a) Senhor (a) Pregoeiro (a) com a assistência de sua equipe de apoio.

26.9. As normas desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

27. DOS ANEXOS

Constituem anexos deste edital:

ANEXO I MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE
REPRESENTANTES

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO IV ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V TERMO DO CONTRATO

ANEXO VI INSTRUÇÕES PARA EMISSÃO DE PROPOSTA ELETRÔNICA

Pouso Alegre/MG, 03 de abril de 2019.

Derek William Moreira Rosa

Pregoeiro



ANEXO I

MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, **credencia** o Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do **PREGÃO nº 16/2019**, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências constantes do Edital.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

**OBS.: APRESENTAR CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL (AUTENTICADA)
JUNTAMENTE COM ESTE CREDENCIAMENTO.**



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS RAMAL IP.

1.1 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.
01	<p>EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS RAMAL IP</p> <p>PROTOSCOLOS/PADRÕES SIP RFC3261, TCP/IP/UDP, RTP/RTCP, HTTP/HTTPS, ARP/RARP, ICMP, DNS (REGISTRO A, SRV, NAPTR), DHCP, PPPOE, SSH, TFTP, NTP, STUN, SIMPLE, LLDP-MED, LDAP, TR-069, 802.1X, TLS, SRTP</p> <p>- INTERFACES DE REDE PORTAS ETHERNET DE 10/100 MBPS COM DETECÇÃO AUTOMÁTICA E COMUTADOR DUPLO, POE INTEGRADO.</p> <p>- TELA LCD DE 132 X 48 (2.95'') OU SUPERIOR</p> <p>- TECLAS DE RECURSOS TECLAS PARA 2 LINHAS COM LED EM DUAS CORES E 1 CONTA SIP, 3 TECLAS SENSÍVEIS AO CONTEXTO COM PROGRAMAÇÃO XML, 5 TECLAS (NAVEGAÇÃO, MENU). 13 TECLAS DE FUNÇÃO EXCLUSIVAS PARA PAGING/INTERCOM (PAGINAÇÃO/INTERFONE), PHONEBOOK (AGENDA), MESSAGE (MENSAGENS), HOME (INÍCIO), HOLD (ESPERA), RECORD (GRAVAÇÃO), MUTE (SILENCIAR), HEADSET (FONES), TRANSFER (TRANSFERÊNCIA), CONFERENCE (CONFERÊNCIA), SEND (ENVIAR) E REDIAL (REDISCAR), SPEAKERPHONE (VIVA-VOZ), VOLUME</p> <p>- CODECS DE VOZ SUPPORT FOR G.711µ/A, G.722 (WIDE-BAND), G.723,G.726-32, G.729 A/B, ILBC , INBAND AND OUT-OF-BAND DTMF (IN AUDIO, RFC2833, SIP INFO)</p> <p>- RECURSOS DE TELEFONIA ESPERA, TRANSFERÊNCIA, ENCAMINHAMENTO (INCONDICIONAL/SEM RESPOSTA/OCUPADO), CONFERÊNCIA DE TRÊS VIAS, CHAMADA EM ESPERA PARA CONFERÊNCIA/CAPTAÇÃO DE CHAMADAS, AGENDA PARA DOWNLOAD (XML, LDAP, ATÉ 500 ITENS), CHAMADA EM ESPERA, HISTÓRICO DE CHAMADAS (ATÉ 200 REGISTROS), DISCAGEM AUTOMÁTICA COM APARELHO OCUPADO, RESPOSTA AUTOMÁTICA, DISCAGEM COM CLIQUE, PLANO DE DISCAGEM FLEXÍVEL, USO COMPARTILHADO DE RECURSOS, TOQUES MUSICAIS PERSONALIZADOS, REDUNDÂNCIA DE SERVIDORES E</p>	UN	291



<p>FAILOVER</p> <ul style="list-style-type: none">- CONECTOR DOS FONES CONECTOR RJ9 (PERMITIENDO EHS CON FONES DE OUVIDO)- SUPORTE DE BASE SIM, PERMITE POSIÇÕES EM DOIS ÂNGULOS, SUPORTE DE PAREDE SUPORTE DE PAREDE SIM QOS QUALIDADE SERVIÇO DE CAMADA 2 (802.1Q, 802.1P) E CAMADA 3 (TOS, DIFFSERV, MPLS) SEGURANÇA CONTROLE DE ACESSO DE USUÁRIO E ADMINISTRADOR, AUTENTICAÇÃO BASEADA EM MD5 E MD5-SESS, ARQUIVO DE CONFIGURAÇÃO COM CRIPTOGRAFIA AES DE 256 BITS, TLS, SRTP, HTTPS, CONTROLE DE ACESSO À MÍDIA 802.1X- VÁRIOS IDIOMAS INGLÊS, ALEMÃO, ITALIANO, FRANCÊS, ESPANHOL, PORTUGUÊS, RUSSO, CROATA, CHINÊS SIMPLIFICADO E TRADICIONAL, COREANO, JAPONÊS E OUTROS- UPGRADE/PROVISIONAMENTO UPGRADE DE FIRMWARE VIA TFTP/HTTP/HTTPS, PROVISIONAMENTO EM MASSA USANDO UM ARQUIVO DE CONFIGURAÇÃO XML COM CRIPTOGRAFIA AES OU TR-069- USO EFICIENTE DA ENERGIA E ENERGIA VERDE FONTE DE ALIMENTAÇÃO UNIVERSAL ENTRADA 100-240 VCA 50-60HZ; SAÍDA +5 VCD, 600MA- ASPECTOS FÍSICOS DIMENSÕES: 209MM (C) X 184,5MM (L) X 76,2MM (A) (COM O APARELHO); PESO DA UNIDADE: 0,74KG; PESO DA EMBALAGEM: 1,1 KG TEMPERATURA E UMIDADE OPERAÇÃO: 0 °C A 40 °C, ARMAZENAMENTO: -10 °C A 60 °C, UMIDADE: 10% A 90% SEM CONDENSAÇÃO- CONTEÚDO DA EMBALAGEM: TELEFONE, APARELHO COM CABO, SUPORTE DE BASE, FONTE DE ALIMENTAÇÃO UNIVERSAL, CABO DE REDE, MANUAL DE INSTALAÇÃO RÁPIDA, FOLHETO, LICENÇA DO GPL-CONFORMIDADE FCC: PART 15 (CFR 47) CLASS B, CE : EN55022 CLASS B, EN55024, EN61000-3-2, EN61000-3-3, EN60950-1, RCM: AS/ACIF S004; AS/NZS CISPR22/24; AS/NZS 60950; AS/NZS 60950.1		
--	--	--

1.2. DA PROPOSTA DOS LICITANTES

1.2.1. As propostas dos licitantes devem considerar o valor unitário, englobando todos os encargos e custos básicos da Empresa, de modo que nenhuma outra remuneração seja devida, além do valor apresentado na proposta.

2 - PRAZO DE ENTREGA

2.1 O objeto deve ser entregue até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento.



3 - CONDIÇÕES DE ENTREGA E FORNECIMENTO

3.1 A empresa vencedora somente entregará os produtos mediante recebimento da ordem de fornecimento, emitidos pelas Secretarias requisitantes da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre;

3.2 As despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da proponente;

3.3 Caso seja detectada alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas.

3.4. O Município não aceitará ou receberá qualquer produto/serviço com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à CONTRATADA efetuar as substituições necessárias no prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

3.5 Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da Contratada.

3.6 O Município recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste Termo.

3.7 O licitante deverá especificar em sua proposta comercial a marca do produto ofertado.

3.8 Os materiais deverão ser novos, provenientes de fábrica, lacrados e selados pelo fabricante ou fornecedor; e entregues devidamente embalados, contendo externamente a data de validade, quantidades e outras informações, de acordo com a legislação pertinente, de forma a



garantir a completa segurança durante o transporte e a identificação de seu conteúdo.

3.9 O gestor/fiscal de contrato receberá o objeto de forma provisória e definitivamente, mediante atestação.

3.10 O prazo de garantia dos materiais deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação aparentes ou ocultos, a contar da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria requisitante.

4 - LOCAL DE ENTREGA

4.1 O local para a realização da entrega dos itens solicitados será na Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro, Pouso Alegre (MG), CEP 37550-050.

5 - LOCAL DE UTILIZAÇÃO DOS APARELHOS

5.1 O levantamento das quantidades e locais foi realizado através de levantamento de informações no PABX e relatórios da operadora de telefonia.

A prefeitura possui 3 PABX que dispostos da seguinte maneira:

- Administrativo (Sede da Prefeitura, Rua Carijós, 45)
TOTAL DE RAMAIS: 264 unidades
RAMAIS IP: 59 unidades
RAMAIS ANALÓGICOS: 75 unidades
RAMAIS DIGITAIS: 6 unidades
RAMAIS DISPONÍVEIS: 124 unidades
- Saúde (Secretaria de Saúde, Rua Comendador José Garcia, 273)
TOTAL DE RAMAIS: 50 unidades
RAMAIS IP: 4 unidades
RAMAIS ANALÓGICOS: 25 unidades
RAMAIS DISPONÍVEIS: 21 unidades



- IPTU (Praça João Pinheiro, 73)
TOTAL DE RAMAIS: 41 unidades
RAMAIS IP: 9 unidades
RAMAIS ANALÓGICOS: 26 unidades
RAMAIS DISPONÍVEIS: 6 unidades

No total temos o seguinte somatório:

TOTAL DE RAMAIS: 355 unidades
RAMAIS IP: 72 unidades
RAMAIS ANALÓGICOS: 126 unidades
RAMAIS DIGITAIS: 6 unidades
RAMAIS DISPONÍVEIS: 151 unidades

A lista abaixo são os locais onde encontram-se as linhas junto a operadora local de telefonia.

Num total são 101 linhas convencionais com a operadora que precisam ser substituídas.

Linha	Secretaria	Setor/departamento
34494315	Procuradoria Geral do Município	Procom
34494321	Secretaria da Educação	CAIC DO FATIMA
34254595	Secretaria da Educação	CEIMSAVANT
34494328	Secretaria da Educação	Ceim Francisco Sales
34494279	Secretaria da Educação	Ceim Maria de Paula
34494325	Secretaria da Educação	Ceim Nair Massafera
34271150	Secretaria da Educação	CEIM PROF LEONOR PEREIRA DE FARIA
34494338	Secretaria da Educação	Cemeja
34214409	Secretaria da Educação	Creche Lazara CasariniDiani
34494320	Secretaria da Educação	E m Dom Otavio
34494321	Secretaria da Educação	E m DrAngeloConsoli
34494335	Secretaria da Educação	E.M. Clarice Toledo
34494320	Secretaria da Educação	E.M. Dom Otávio
34494342	Secretaria da Educação	E.M. Evangelina Meireles Miranda
34494341	Secretaria da Educação	E.M. Ismenia Vita Reis
34494343	Secretaria da Educação	E.M. M. Mendonça (centro)
34494336	Secretaria da Educação	E.M. Pio XII
34494334	Secretaria da Educação	E.M.Comunidade



		Alegrinho
34494332	Secretaria da Educação	E.M.TerezinhaHardy
34494327	Secretaria da Educação	EduçaoceimArvore Grande
34494324	Secretaria da Educação	Em Anatalia L Caman
34494319	Secretaria da Educação	EM Anita Faria Amaral
34494326	Secretaria da Educação	Em AntMariosa
34494326	Secretaria da Educação	EM AntonioMariosa(B Arvore Grande
34494331	Secretaria da Educação.	Em Brito Filho
34494331	Secretaria da Educação	EM CEL BRITO Filho
34494323	Secretaria da Educação	EM Isabel Coutinho Galvao
34494322	Secretaria da Educação	EM Josefa Azevedo (B São Camilo
34494343	Secretaria da Educação	EM Monsenhor mendonça
34494336	Secretaria da Educação	Em PIO XII
34494319	Secretaria da Educação	Em Prof Anita faria
34494323	Secretaria da Educação	Em Prof Isabel C Galvão Anita faria
34494322	Secretaria da Educação	Em PROF Josefa A Torres
34494356	Secretaria de Administração e Finanças	Patrimônio
34494229	Secretaria de Administração e Finanças	Receita Estadual VAF setor fiscal
34494281	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Sede da Secretaria de Agricultura
34494282	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Sede da Secretaria de Agricultura
	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Mercado Municipal
	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	CEMA- Central Municipal de Abastecimento
34494284	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Casa do Produtor onde conta com uma gama de serviços burocráticos prestados pela Secretaria de Agricultura.
34238146	Secretaria de Educação	CEIM Emelinda Toledo
34231786	Secretaria de Educação	Curso Pré Enem
34222682	Secretaria de Educação	Merenda escolar
34494345	Secretaria de Lazer e Turismo	Casa da Cultura
34494303	Secretaria de Lazer e Turismo	Lazer e turismo



34494253	Secretaria de Lazer e Turismo	Teatro
34494346	Secretaria de Lazer e Turismo	Teatro
34494215	Secretaria de Obras	Cemitério
34494367	Secretaria de Obras	Garagem
34494368	Secretaria de Obras	Garagem
34494362	Secretaria de Planejamento	Coleta de Pneu
34494358	Secretaria de Planejamento	Fiscal de postura
34494359	Secretaria de Planejamento	Fiscal de postura
34494374	Secretaria de Planejamento	IEF
34233550	Secretaria de Políticas Sociais	Centro POP
34494231	Secretaria de Políticas Sociais	Coade
34494214	Secretaria de Políticas Sociais	Conselho tutelar
34253825	Secretaria de Políticas Sociais	CRAS CIDADE JARDIM
34236310	Secretaria de Políticas Sociais	CRAS FAISQUEIRA
34227604	Secretaria de Políticas Sociais	CRAS São João
34218162	Secretaria de Políticas Sociais	CRAS Sudeste
34258171	Secretaria de Políticas Sociais	CRAS SUL SÃO CRISTOVÃO
34210199	Secretaria de Políticas Sociais	Defesa Civil
34494317	Secretaria de Políticas Sociais	DEFESA SOCIAL E GUARDA MUNICIPAL
34494233	Secretaria de Políticas Sociais	Desenvolvimento Social
34494317	Secretaria de Políticas Sociais	Guarda Municipal
34494317	Secretaria de Políticas Sociais	Guarda Municipal
34235368	Secretaria de Políticas Sociais	SAICA I (CREM)
34491906	Secretaria de Políticas Sociais	SECRETARIA
34494307	Secretaria de Saude	Almoxarifado
34238526	Secretaria de Saude	CAPS AD
34494392	Secretaria de Saude	Central de Diabete
34494386	Secretaria de Saude	CTA
34494306	Secretaria de Saude	DPGF
34494387	Secretaria de Saude	Laboratório
34228315	Secretaria de Saude	Materno/Infantil
34494203	Secretaria de Saude	P. S Belo Horizonte
34494394	Secretaria de Saude	P. S. Arvore Grande
34494201	Secretaria de Saude	P.SFátima
34494200	Secretaria de Saude	P.SJardim Yara
34494398	Secretaria de Saude	P.S F. São Geraldo
34494397	Secretaria de Saude	P.S Faisqueira
34494399	Secretaria de Saude	P.S. Puericultura



34228354	Secretaria de Saude	Policlínica São Geraldo
34494380	Secretaria de Saude	Posto NS Aparecida
34271028	Secretaria de Saude	POSTO SÃOJOSE DO PANTANO
34257955	Secretaria de Saude	POSTO VERGANI
34494212	Secretaria de Saude	Pronto Atendimento São Joao
34228334	Secretaria de Saude	Pronto Atendimento São Geraldo
34255609	Secretaria de Saude	PSF SÃO JOAO 14 15
34494385	Secretaria de Saude	Regulação
34494388	Secretaria de Saude	Saúde
34494389	Secretaria de Saude	Saúde
34494390	Secretaria de Saude	Saúde
34494382	Secretaria de Saude	Saúde
34494391	Secretaria de Saude	Saúde Mental
34494375	Secretaria de Saude	SupervisãoTFD
34494250	Secretaria de Saude	TFD
34494383	Secretaria de Saude	TFD
34494305	Secretaria de Saude	Vigilância Sanitária
34494210	Secretaria de Saude	Vigilância Sanitária
34494309	Secretaria de Transito	Rodoviária
34494239	Secretaria de Transito	Transito

5.2 No total são 101 linhas analógicas junto a operadora de telefonia local que serão substituídos pelos telefones IP. E são 131 ramais analógicos e digitais que serão substituídos pelos ramais IP. Somando temos um total de 232 linhas a serem adequadas.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1. Entregar o(s) objeto(s) deste Termo de Referência, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.

6.2. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar os objetos conforme exigido no edital e em seus anexos;



6.3. Obriga-se a proponente vencedora a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.4. Paralisar, por determinação do Município de Pouso Alegre, a entrega dos objetos que não esteja de acordo com o termo de Referência;

6.5. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto deste termo de referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

6.6. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas de correntes das atividades envolvidas no escopo dos produtos contratados;

6.7. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;

6.8. Efetuar a entrega do material rigorosamente dentro das características especificadas no termo de referência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da ordem de fornecimento;

6.9. Reparar, corrigir, remover, no todo ou em parte, a(s) unidade (s) em que se verifiquem vícios ou danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

6.10. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.



6.11. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

6.12. É dever do CONTRATANTE se responsabilizar pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, conforme lei 8.666/93, art.70.

6.13. Atender, durante o período de validade/garantia dos produtos fornecidos, aos chamados para substituição, no caso de ser constatado algum defeito não ocasionado pelo armazenamento ou uso indevido pelo contratante;

6.14. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos bens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos bens, objeto da contratação;

7.2. Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada no Termo de Referência;

7.3. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens;

7.4. Comunicar imediatamente ao Fornecedor Registrando quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação.

8 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO	CATEGORIA	FICH	RECURSO	ORIGEM
----------------	------------------	-------------	----------------	---------------



	ECONOMICA	A		
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1011	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	109	RECURSO PRÓPRIO	GABINETE DO PREFEITO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	251	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	253	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	171	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	174	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	595	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	406	RECURSO FEDERAL - QESE	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	240	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	155	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS
3449052200000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	415	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	561	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E



	PERMANENTES			FINANÇAS
344052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	618	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
344905299000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1022	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
344905203000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	997	RECURSO PRÓPRIO	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
344905203000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	199	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE LAZER E TURISMO
344905203000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	962	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES
344905299000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	649	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
344905299000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	670	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
344905299000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	650	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
344905299000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	656	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, visando buscar o menor valor e a maior competitividade, nos termos da súmula 247 do TCU.

10 – MODALIDADE



10.1. Nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/021, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Nesse desiderato, o Decreto Municipal estabelece que: “Art. 2º *Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais*”. Trata-se de bens/serviços comuns, uma vez que as especificações foram objetivamente definidas por meio das especificações usuais de mercado.

Art. 1º da Lei nº 10.520/2002: “*Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*”

Parágrafo único. *Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”*

O sistema de registro de preços está explicitado nos §§ 1º e 6º do art. 15 da Lei n. 8.666/93, e o § 3º do citado artigo dispõe que o referido sistema será regulamentado por decreto. Da análise dos decretos regulamentadores do registro de preços (a exemplo, o Decreto n. 7.892/2013, em âmbito federal, e o Decreto n. 46.311/2013, no âmbito do Estado de Minas Gerais), bem como das doutrinas mais abalizadas acerca do tema, depreende-se que o sistema de registro de preços é cabível nas seguintes hipóteses:

I — quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de **contratações frequentes**; II — quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de **entregas parceladas** ou a contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III — quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou a programas de governo; IV — **quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.**

Da leitura das hipóteses citadas, justifica-se a adoção da modalidade pregão sob o sistema de registro de preços.

11 - DAS PENALIDADES



11.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes.

11.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de declaração de inidoneidade e/ou suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

11.3. Será aplicada multa no valor de até 20%(vinte por cento) do valor estimado do fornecimento, tanto à licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar e que venha a ser inabilitada por ter apresentado dolosamente documentos que seguramente não venham a atender às exigências editalícias, como às demais licitantes que deem causa a tumultos durante a sessão pública de pregão ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.

11.4. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da(s) proponente(s) vencedora(s), das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

I - Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha(m) a proponente(s) vencedora(s) concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Pouso Alegre;

II – Multa de até 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega dos materiais, calculada sobre o valor da parcela contratada, até o limite de 10 dias, atrasos superiores a este, aplicar-se-á o disposto no inciso III;

III – Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;



IV – Na hipótese de rescisão do contrato, além da possibilidade de aplicação da multa correspondente, poderá haver a suspensão ao direito de licitar com o Município de Pouso Alegre, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de até dois anos;

V – Declaração de inidoneidade, quando a proponente vencedora deixar de cumprir com as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

Parágrafo Primeiro - As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exige a(s) proponente(s) vencedora(s) de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município;

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste.

11.5.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.6. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

12 - DO PAGAMENTO



12.1. A Prefeitura efetuará o pagamento em até 30 dias da data do recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, o prazo poderá ser acrescido até a regularização das certidões.

12.2. A Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

13 - DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

13.1. Será examinada a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

13.2. Poderá ser solicitado parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

13.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

13.5. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

13.6. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão. Nesse caso, se o(a) Pregoeiro(a)



entender que há indícios de inexecução do preço, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, por meio de planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita a exame pela Administração, e contratações em andamento com preços semelhantes, conforme estabelece o inciso XVII do art. 12 do Decreto Estadual nº 44.786/2008, além de outros documentos julgados pertinentes. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço a proposta será desclassificada.

13.7. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

14 - FISCALIZAÇÕES DO CONTRATO

14.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

14.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei no 8.666/93.

14.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.4 Serão os fiscais do(s) contrato(s) firmado(s), de acordo com o art. 67 da Lei 8.666/93, seguindo os parágrafos 1º e 2º:



Sra. Cristina Couto Fonseca Nogueira, matrícula 20.057 (Secretaria de Desenvolvimento Econômico)

Sr. Carlos Osmar de Souza, matrícula 20.287 (Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos);

Sr. Enor Barroso Hardy, matrícula 19579 (Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte);

Sra. Juliane Aparecida Faria Tosta, matrícula: 19638 (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento);

Sra. Ivete Dila Sobreiro Daólio, Matrícula: 674 (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento);

Sr. Altidoro José Rios Vieira, Matrícula: 19596 (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento);

Sra. Ayla Karina Teixeira, matrícula: 19616 (Superintendência de Lazer e Turismo);

Sr. Leandro Gonçalves, matrícula: 19651 (Secretaria Municipal de Saúde);

Sr. Eliton Pires da Silva, matrícula: 19800 (Superintendência de Esportes);

Sr. Carlos Eduardo Paula Freitas, matrícula: 15443 (Secretaria Municipal de Educação);

Sr. Leandro Gomes Silveira, matrícula: 19790 (Secretaria de Administração e Finanças);

Sr. Artur Ferreira Galery, matrícula: 20505 (Secretaria de Políticas Sociais);

Sra. Janaina Luana Mesquita Almeida, matrícula: 19613 (Gabinete do Prefeito);



Sra. Mariles Maria Tavares, matrícula: 19623 (Gabinete do Prefeito);

Sr. José Ronildo Lopes Soares, matrícula 19601 (Superintendência de Cultura);

Sr. Leandro Gomes Silveira, matrícula: 19790 (Superintendência de Gestão de Recursos Materiais e Secretaria de Planejamento).

Sr. Leandro Tosta Pereira, matrícula: 17752 (Superintendência de Gestão de Pessoas)

15 – JUSTIFICATIVA

A rede de telefonia da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre é uma rede mista que dispõe de telefonia analógica disponibilizada pela operadora de telefonia local, e ramais IP interligados através de PABX. O Departamento de Tecnologia da Informação em seu projeto de melhoria dos sistemas de comunicação por voz está requerendo a aquisição dos equipamentos para conversão da telefonia mista atual para tecnologia de ramal IP a todos os setores.

Há a necessidade da melhoria na comunicação por voz entre as secretarias e departamentos da prefeitura. Através desse projeto, estaremos interligando os ramais internos entre PABX economizando ligações locais entre os setores e departamentos.

O serviço de Telefonia IP se caracteriza pela realização de chamadas telefônicas a partir da rede de Internet. A grande vantagem deste tipo de telefonia se dá, uma vez que apresenta redução nos custos das chamadas telefônicas, uma vez que as ligações passarão a ser realizadas utilizando a internet. A Telefonia IP utiliza de equipamentos de telefone especialmente desenvolvidos, que se conectam diretamente a rede de computadores recebendo voz, dados e até imagens, promovendo uma integração completa entre as redes de dados e a de voz.



Portanto, diante da viabilidade econômica para o Município, tendo em vista que o tipo de aquisição trará economicidade e eficiência à Administração, assim nota-se que não há óbice legal ao tipo de modalidade e licitação a fim de adquirir o objeto deste Termo de Referência.

03 de Abril, Pouso Alegre/MG.

Leila de Fatima Fonseca da Costa
**Secretaria de Educação e
Cultura**

Júlio César da Silva Tavares
**Secretaria de Administração
e Finanças**

Demetrius Amaral Beltrão
**Procuradoria Geral do
Município**

José Dimas da Silva Fonseca
Chefia de Gabinete

Antonio Dionicio Pereira
**Secretaria de Agricultura,
Pecuária, Abastecimento e
Desenvolvimento**

Ayla Karina Domingues
Teixeira
**Superintendência de Lazer e
Turismo**

Rinaldo Lima Oliveira
**Secretaria de Planejamento
Urbano e Meio Ambiente**

Rinaldo Lima Oliveira
**Secretaria de Infraestrutura
Urbana, Obras e Serviços
Públicos**

João Batista de Lima
**Secretaria de Políticas
Sociais**

Leandro Correa de Oliveira
**Superintendência de Gestão de
Recursos Materiais**

Silvia Regina Pereira da Silva
Secretaria de Saúde

Wagner Mutti Tavares
**Secretaria de Transito e
Transporte**



Prefeitura Municipal
de **Pouso Alegre**

Superintendência de
Gestão de Recursos
Materiais

Rooney Ferreira e Souza
Superintendência de Esportes

Regina Maria Franco Andere
de Brito
Superintendência de Cultura

Dino Francescato
**Secretaria de
Desenvolvimento Econômico**



ANEXO III

MODELO – DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ/MF o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Outubro de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(local e data)

.....

(representante legal)

(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 14/2019

PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** de **XXXX**, o **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na, Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob n.º neste ato representado pelo Secretário Municipal de,, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o n.º, portador da Cédula de Identidade RG n.º M, nomeado pela Portaria no, de, publicada eme em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n..... de....., publicada em; nos termos da Lei no 10.520/02, do Decreto 4.905/2018; do Decreto 2.545/2002; do Decreto no 7.892/13; do Decreto no 3.555/00; do Decreto no 5.450/05; do Decreto no 3.722/01; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei no 8.666/93, e as demais normas legais correlatas; Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços n.º. 16/2019**; Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa, inscrita no CNPJ sob o no **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade no e CPF no **XXXX**, cuja proposta foi classificada em **XX** lugar no certame.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



1.1. O objeto desta Ata é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS RAMAL IP.**

1.2. O valor total desta Ata de Registro de Preços é de **R\$ (.....)**. Conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Constituem-se participantes os seguintes órgãos:

- a) Secretaria de Educação e Cultura;**
- b) Secretaria de Administração e Finanças;**
- c) Procuradoria Geral do Município;**
- d) Chefia de Gabinete;**
- e) Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento;**
- f) Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente;**
- g) Secretaria de Infraestrutura Urbana, Obras e Serviços Públicos;**
- h) Secretaria de Políticas Sociais;**
- i) Superintendência de Gestão de Recursos Materiais;**
- j) Secretaria de Saúde;**
- k) Secretaria de Transito e Transporte;**
- l) Superintendência de Esportes;**
- m) Superintendência de Cultura;**
- n) Secretaria de Desenvolvimento Econômico.**

2.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da



Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto no 7.892/13, e na Lei no 8.666/93.

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.

2.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.6. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **doze meses**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços,



inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei no 8.666, de 1993.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei no 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.4. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.5. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;

4.6. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

4.7. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.8. Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei no 8.666/93, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

4.9. Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido,



caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

4.10. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.

4.11. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

4.12. É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

4.13. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

4.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Município, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.

4.15. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

4.16. Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação.



4.17. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei no 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei no 10.520, de 2002.

5.1.4. Caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.1.5. Por razões de interesse público;

5.1.6. A pedido do fornecedor.

5.2 Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

6.1. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante Instrumento Contratual, conforme disposto no artigo 62 da



Lei no 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto no 7.892/2013.

6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho/assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.3. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.4. Previamente à formalização de cada contratação, o Município realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

6.5. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.6. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

6.7. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Cada contrato firmado com o fornecedor terá vigência de **até 12 (doze) meses**.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços serão fixos e irrevogáveis, assegurado



o direito ao equilíbrio econômico-financeiro, nos casos previstos em lei e no respectivo edital de licitação.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

9.1. A **CONTRATANTE** da ata de registro de preços se obriga a:

9.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos bens, objeto da contratação;

9.2. Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada no Termo de Referência;

9.3. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens;

9.4. Comunicar imediatamente ao Fornecedor Registrando quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação.

9.2. A **DETENTORA** da ata de registro de preços se obriga a:

9.2.1. Entregar o(s) objeto(s) deste Termo de Referência, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.

9.2.2. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar os objetos conforme exigido no edital e em seus anexos;

9.2.3. Obriga-se a proponente vencedora a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



9.2.4. Paralisar, por determinação do Município de Pouso Alegre, a entrega dos objetos que não esteja de acordo com o termo de Referência;

9.2.5. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto deste termo de referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

9.2.6. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas de correntes das atividades envolvidas no escopo dos produtos contratados;

9.2.7. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;

9.2.8. Efetuar a entrega do material rigorosamente dentro das características especificadas no termo de referência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da ordem de fornecimento;

9.2.9. Reparar, corrigir, remover, no todo ou em parte, a(s) unidade (s) em que se verificarem vícios ou danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

9.2.10. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.2.11. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

9.2.12. É dever do CONTRATANTE se responsabilizar pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não



excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, conforme lei 8.666/93, art.70.

9.2.13. Atender, durante o período de validade/garantia dos produtos fornecidos, aos chamados para substituição, no caso de ser constatado algum defeito não ocasionado pelo armazenamento ou uso indevido pelo contratante;

9.2.14. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos bens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Os produtos/serviços serão recebidos na constante do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento dar-se-á na forma do item 12 do Termo de Referência e cláusula XXII do Instrumento editalício.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de



imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei no 8.666/93.

12.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A apuração e aplicação de sanções dar-se-á na forma prevista no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

14.2. Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

14.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei no 10.520/02, do Decreto no 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto no 7.892/2013, do Decreto no 3.722/01, da Lei Complementar no 123/06, e da Lei no 8.666/93, subsidiariamente.

14.4. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o de Pouso Alegre – MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.5. As despesas desta ata serão regidas pela seguinte dotação orçamentária:



SECRETARIA	FICHA	DOTAÇÃO	RECURSO
SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS – MANUTENÇÃO DE DA SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS	279	3339030040000000000	RECURSO PRÓPRIO
SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS – MANUTENÇÃO DE PROTEÇÃO BÁSICA	308	3339030040000000000	RECURSO FEDERAL
SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS – MANUTENÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	315	3339030040000000000	RECURSO FEDERAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	474	3339030040000000000	RECURSO FEDERAL QESE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	456	3339030040000000000	RECURSO PRÓPRIO
SECRETARIA DE OBRAS - MANTENÇÃO SECRETARIA INFRAESTRUTURA	607	3339030990000000000	RECURSO PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE – REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS	633	3339030990000000000	RECURSO PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	184	3339030040000000000	RECURSO PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	194	3339030040000000000	RECURSO PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	822	3339030040000000000	RECURSO PRÓPRIO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS	163	3339030040000000000	RECURSO PRÓPRIO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTES – MANUTENÇÃO SUPERINTENDÊNCIA ESPORTES	979	3339030040000000000	RECURSO PRÓPRIO



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE	1040	333903021000000000	RECURSO PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE	1047	333903021000000000	RECURSO PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE	1050	333903021000000000	RECURSO PRÓPRIO

Pouso Alegre, XX de XXXX de 2019.

Leila de Fatima Fonseca da Costa
**Secretaria de Educação e
Cultura**

Júlio César da Silva Tavares
**Secretaria de Administração
e Finanças**

Demetrius Amaral Beltrão
**Procuradoria Geral do
Município**

José Dimas da Silva Fonseca
Chefia de Gabinete

Antonio Dionicio Pereira
**Secretaria de Agricultura,
Pecuária, Abastecimento e
Desenvolvimento**

Ayla Karina Domingues
Teixeira
**Superintendência de Lazer e
Turismo**

Rinaldo Lima Oliveira
**Secretaria de Planejamento
Urbano e Meio Ambiente**

Rinaldo Lima Oliveira
**Secretaria de Infraestrutura
Urbana, Obras e Serviços
Públicos**

João Batista de Lima
**Secretaria de Políticas
Sociais**

Leandro Correa de Oliveira
**Superintendência de Gestão de
Recursos Materiais**

Silvia Regina Pereira da Silva
Secretaria de Saúde

Wagner Mutti Tavares
**Secretaria de Transito e
Transporte**



Rooney Ferreira e Souza
Superintendência de Esportes

Regina Maria Franco Andere
de Brito
Superintendência de Cultura

Dino Francescato
**Secretaria de
Desenvolvimento Econômico**

DETENTORA



ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N° XX/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2019

PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG

CONTRATADA:

Aos.....dias do mês de do ano de (2019) dois mil e dezenove, nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na, Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob n° neste ato representado pelo Secretário Municipal..., brasileiro, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o n°, portador da Cédula de Identidade RG n.º, denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na, no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o n°, com Inscrição Estadual registrada sob n°, neste ato representado pelo **Sr.**,,, portador da Cédula de Identidade RG n°, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o n°, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão Registro de Preços 16/2019**, que se regerá pela Lei n° 8666, de 21 de junho de 1993, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente contrato é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS RAMAL IP** atendidas as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital.

A **CONTRATADA** somente entregará o produto por meio de ordem de fornecimento emitida pela secretaria requisitante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO	CATEGORIA ECONOMICA	FICH A	RECURSO	ORIGEM
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1011	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	109	RECURSO PRÓPRIO	GABINETE DO PREFEITO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	251	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	253	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	171	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	174	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	595	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	406	RECURSO FEDERAL - QESE	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	240	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE



	E MATERIAIS PERMANENTES			DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	155	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS
3449052200000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	415	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	561	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3440520300000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	618	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1022	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	997	RECURSO PRÓPRIO	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	199	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE LAZER E TURISMO
3449052030000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	962	RECURSO PRÓPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	649	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	670	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	650	RECURSO FEDERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
3449052990000000000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	656	RECURSO PRÓPRIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

3.1. O adjudicatário deverá assinar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.

3.1.1. Nos termos do § 2º do art. 64 da Lei Federal n. 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado não aceitar ou não assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Legislação citada.

3.1.2. Fica designado como local para assinatura do Contrato a sede da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre – MG, situada na Rua dos Carijós, nº 45, Centro, na cidade de Pouso Alegre – MG, CEP 37550-050.

3.2. O prazo de vigência, objeto deste contrato, será a partir de sua assinatura até 31/12/2019.

3.2.1. O prazo concedido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor deste contrato é de R\$considerando-se um total de ao preço unitário de R\$.....

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a emissão das Notas Fiscais, obedecendo à tramitação interna dos empenhos e desde que atendidas às condições previstas neste edital e no Termo de Referência.



CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela licitante vencedora.

6.2. O (s) preço (s) ofertado (s) deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

6.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano.

6.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata e a retribuição do Município de Pouso Alegre/MG para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

6.3.1. A revisão de preços do contrato se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo Município de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

6.4.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga pelo Município não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

6.4.3. Defasagens financeiras ao longo do contrato são admissíveis, fazendo parte da álea econômica ordinária, devendo ser suportadas pela contratada até a data-base do reajuste ou repactuação.



6.5. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

6.6. Na hipótese da empresa contratada solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

6.6.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

6.6.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **empresa contratada**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

6.7. Fica facultado ao Município de Pouso Alegre realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **empresa contratada**.

6.8. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica do Município de Pouso Alegre/MG, porém contemplará os produtos a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante, sendo lavrado termo aditivo.

6.8.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a empresa contratada não poderá suspender a entrega dos objetos nem a execução dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

6.8.2. O Município de Pouso Alegre/MG deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos a ser fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.



6.9. O novo preço só terá validade após parecer da comissão revisora e, para efeito de pagamento do produto a ser fornecido entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela **CONTRATADA**.

6.10. O diferencial de preço entre a proposta inicial da **CONTRATADA** e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de Pouso Alegre/MG na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela **CONTRATADA**, serão sempre mantidos.

6.11. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo Departamento de Suprimentos no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a **CONTRATADA** obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

6.12. Durante a vigência da ata de registro de preços, o valor global será mantido pela **contratada**.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos bens, objeto da contratação;

7.2. Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada no Termo de Referência;

7.3. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens;

7.4. Comunicar imediatamente ao Fornecedor Registrando quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA



- 8.1. Entregar o(s) objeto(s) deste Termo de Referência, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.
- 8.2. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar os objetos conforme exigido no edital e em seus anexos;
- 8.3. Obriga-se a proponente vencedora a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.4. Paralisar, por determinação do Município de Pouso Alegre, a entrega dos objetos que não esteja de acordo com o termo de Referência;
- 8.5. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto deste termo de referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.
- 8.6. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas de correntes das atividades envolvidas no escopo dos produtos contratados;
- 8.7. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;
- 8.8. Efetuar a entrega do material rigorosamente dentro das características especificadas no termo de referência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da ordem de fornecimento;
- 8.9. Reparar, corrigir, remover, no todo ou em parte, a(s) unidade (s) em que se verificarem vícios ou danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;



8.10. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.11. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

8.12. É dever do CONTRATANTE se responsabilizar pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, conforme lei 8.666/93, art.70.

8.13. Atender, durante o período de validade/garantia dos produtos fornecidos, aos chamados para substituição, no caso de ser constatado algum defeito não ocasionado pelo armazenamento ou uso indevido pelo contratante;

8.14. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos bens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 na Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas pertinentes.

9.2. Se a **CONTRATADA** não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.



9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior devidamente justificada, e comprovada, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, será aplicada, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

I - advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha a **CONTRATADA** concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Pouso Alegre/MG.

II – multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculada sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o 10º (décimo) dia, após o que, aplicar-se-á, multa prevista na alínea “III” desta cláusula.

III – multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas.

IV – na hipótese de rescisão do instrumento equivalente ao contrato, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão ao direito de licitar com o Município de Pouso Alegre/MG, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de 12 (doze) meses.

V – declaração de inidoneidade, quando a proponente vencedora deixar de cumprir com as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

Parágrafo Primeiro - As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente.

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a(s) proponente(s) vencedora(s) de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município de Pouso Alegre/MG.

9.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades



estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste.

9.5. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;

10.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

10.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, podendo esta, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato.

10.3. Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal nº. 8666/93.

10.3.1. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

10.3.2. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei n.8.666/93.

10.4. A contratada reconhece os direitos do Município nos casos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

11.1. A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de execução de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

12.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. O presente Termo de Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONDIÇÕES GERAIS

14.1. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente Termo de Contrato correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- FISCALIZAÇÕES DO CONTRATO



15.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

15.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei no 8.666/93.

15.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.4 Serão os fiscais do(s) contrato(s) firmado(s), de acordo com o art. 67 da Lei 8.666/93, seguindo os parágrafos 1º e 2º:

Sra. Cristina Couto Fonseca Nogueira, matrícula 20.057 (Secretaria de Desenvolvimento Econômico)

Sr. Carlos Osmar de Souza, matrícula 20.287 (Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos);

Sr. Enor Barroso Hardy, matrícula 19579 (Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte);

Sra. Juliane Aparecida Faria Tosta, matrícula: 19638 (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento);



Sra. Ivete Dila Sobreiro Daólio, Matrícula: 674 (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento);

Sr. Altidoro José Rios Vieira, Matrícula: 19596 (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento);

Sra. Ayla Karina Teixeira, matrícula: 19616 (Superintendência de Lazer e Turismo);

Sr. Leandro Gonçalves, matrícula: 19651 (Secretaria Municipal de Saúde);

Sr. Eliton Pires da Silva, matrícula: 19800 (Superintendência de Esportes);

Sr. Carlos Eduardo Paula Freitas, matrícula: 15443 (Secretaria Municipal de Educação);

Sr. Leandro Gomes Silveira, matrícula: 19790 (Secretaria de Administração e Finanças);

Sr. Artur Ferreira Galery, matrícula: 20505 (Secretaria de Políticas Sociais);

Sra. Janaina Luana Mesquita Almeida, matrícula: 19613 (Gabinete do Prefeito);

Sra. Mariles Maria Tavares, matrícula: 19623 (Gabinete do Prefeito);

Sr. José Ronildo Lopes Soares, matricula 19601 (Superintendência de Cultura);

Sr. Leandro Gomes Silveira, matrícula: 19790 (Superintendência de Gestão de Recursos Materiais e Secretaria de Planejamento).

Sr. Leandro Tosta Pereira, matrícula: 17752 (Superintendência de Gestão de Pessoas)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS



16.1. O recebimento dos produtos será feito pelo Município de Pouso Alegre/MG, nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei de Licitações, da seguinte forma:

- a) **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

16.2. Com o recebimento definitivo as responsabilidades reduzir-se-ão àquelas previstas no Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DIREITO DAS PARTES

17.1. Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na Lei nº 8.666, de 21/06/93 e Lei nº 8.078 - Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pouso Alegre/MG, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato;

17.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Pouso Alegre/MG, de de 2019.



Leila de Fatima Fonseca da Costa
**Secretaria de Educação e
Cultura**

Júlio César da Silva Tavares
**Secretaria de Administração
e Finanças**

Demetrius Amaral Beltrão
**Procuradoria Geral do
Município**

José Dimas da Silva Fonseca
Chefia de Gabinete

Antonio Dionicio Pereira
**Secretaria de Agricultura,
Pecuária, Abastecimento e
Desenvolvimento**

Ayla Karina Domingues
Teixeira
**Superintendência de Lazer e
Turismo**

Rinaldo Lima Oliveira
**Secretaria de Planejamento
Urbano e Meio Ambiente**

Rinaldo Lima Oliveira
**Secretaria de Infraestrutura
Urbana, Obras e Serviços
Públicos**

João Batista de Lima
**Secretaria de Políticas
Sociais**

Leandro Correa de Oliveira
**Superintendência de Gestão de
Recursos Materiais**

Silvia Regina Pereira da Silva
Secretaria de Saúde

Wagner Mutti Tavares
**Secretaria de Transito e
Transporte**

Rooney Ferreira e Souza
Superintendência de Esportes

Regina Maria Franco Andere
de Brito
Superintendência de Cultura

Dino Francescato
**Secretaria de
Desenvolvimento Econômico**

CONTRATADA

ANEXO VI

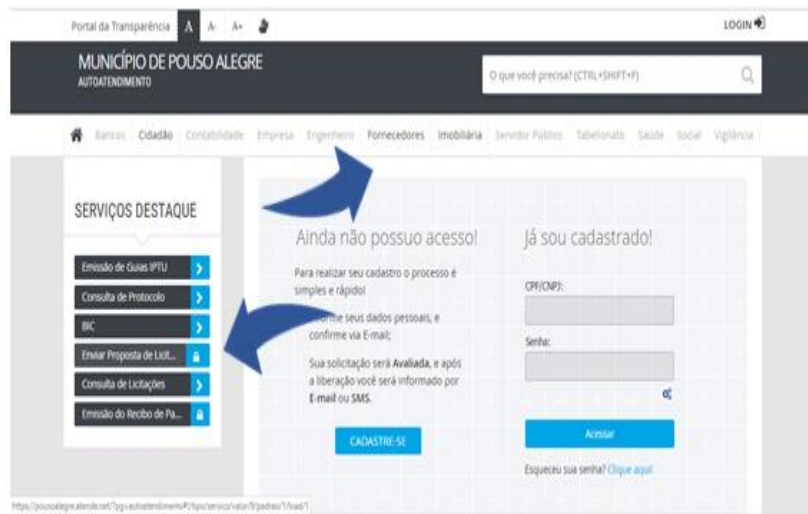
INSTRUÇÕES PARA EMISSÃO DE PROPOSTA ELETRÔNICA

Para acessar o programa de digitação das propostas on-line, é necessário acessar o site: <http://pousoalegre.atende.net>. Este é o portal de serviços do Município de Pouso Alegre e para se ter acesso a digitação das propostas se faz necessário acesso através de usuário e senha. O licitante deve *logar-se* no sistema para poder registrar a sua proposta. Para o primeiro acesso o licitante deve clicar na opção “cadastre-se” no canto direito, conforme imagem abaixo e seguir as etapas para realizar o cadastro.



Importante: Ao Solicitar o seu cadastro, deve marcar a opção para a finalidade “Serviços do Portal do Cidadão” e assim que o acesso for criado você receberá a notificação por e-mail, contendo o login e a senha de acesso.

DIGITAÇÃO DAS PROPOSTAS Ao acessar o site <http://pousoalegre.atende.net> a licitante deve realizar o login, conforme informado acima, clicar no ícone “FORNECEDORES” e em seguida “ENVIAR PROPOSTA DE LICITAÇÃO” clicando em “Acessar”, conforme ilustrado abaixo:



Nesta opção aparecerão todas as licitações que estão disponíveis para a digitação das propostas. A licitante deverá localizar e selecionar a licitação a qual irá participar e na ação “ADICIONA PROPOSTA” (representada por este ícone) registrar a sua proposta de preços incluindo obrigatoriamente o valor unitário e total e a MARCA e, quando houver, o MODELO.

Após a digitação das informações o cadastro da proposta deve ser confirmado na ação CONFIRMAR, localizada no canto inferior esquerdo da tela. Esta confirmação irá gerar o documento da proposta, o qual deverá OBRIGATORIAMENTE ser impresso e entregue dentro do envelope de proposta. Juntamente com a proposta referente ao anexo IV do edital. Este documento impresso se faz necessário, pois na impressão da proposta é gerado o NÚMERO DO PROTOCOLO e a SENHA DO PROTOCOLO, dados estes que serão utilizados na abertura da licitação para importação da proposta digitada pela licitante. A proposta gerada pelo sistema não substitui a proposta original da empresa, devendo esta apresentar sua proposta original elaborada em timbre da empresa e transcrever para o sistema com o intuito de dar agilidade na fase de classificação das propostas. Obs. É aconselhado o uso dos navegadores Mozilla Firefox ou Google Chrome deixando ativado o aparecimento de pop-ups.